

**A. I. Nº** - 206987.0058/03-5  
**AUTUADO** - UTINGA IND. E COM. DE CAFÉ LTDA.  
**AUTUANTE** - BOAVENTURA MASCARENHAS LIMA  
**ORIGEM** - INFAZ ITABERABA  
**INTERNET** - 11. 12. 2003

#### **4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

##### **ACÓRDÃO JJF Nº 0489-04/03**

**EMENTA: ICMS. 1. IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO.** Comprovado que parte do débito levantado havia sido objeto de denúncia espontânea, acompanhada de pagamento antes do início da ação fiscal. A denúncia espontânea de infração acompanhada do pagamento do imposto e seus acréscimos exclui a aplicação de penalidade. Infração parcialmente caracterizada. **2. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. a) OPERAÇÕES DE SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM DOCUMENTOS FISCAIS.** A diferença das quantidades de saídas de mercadorias apurada mediante levantamento quantitativo de estoques constitui comprovação suficiente da realização de operações sem emissão da documentação fiscal exigível. **b) ENTRADAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. PRESUNÇÃO LEGAL DA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES SEM PAGAMENTO DO IMPOSTO.** A diferença das quantidades de entradas de mercadorias apurada mediante levantamento quantitativo de estoques indica que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou os pagamentos de tais entradas com recursos decorrentes de operações também não contabilizadas. Não comprovada pelo contribuinte a origem dos recursos. Infrações caracterizadas. **3. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. IMPOSTO RETIDO E NÃO RECOLHIDO.** Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração em lide, lavrado em 30/06/2003, exige ICMS no valor total de R\$9.643,59, em razão das seguintes irregularidades:

1. Deixou de recolher o ICMS nos prazos regulamentares referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios, no valor de R\$8.485,44.
2. Falta de recolhimento do imposto relativo a omissão de saídas de mercadorias tributadas efetuadas sem a emissão de documentos fiscais e, consequentemente, sem a respectiva escrituração, apurada mediante levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias em exercícios fechados (2000 e 2001), no valor de R\$406,25.
3. Falta de recolhimento do imposto relativo às operações de saídas de mercadorias não declaradas, com base na presunção legal de que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou os pagamentos dessas entradas com recursos provenientes de operações de saídas de mercadorias realizadas anteriormente e também não contabilizadas, apuradas mediante levantamento quantitativo de estoque por espécie de mercadorias em exercício fechado (2002), no valor de R\$177,74.

4. Falta de recolhimento do imposto relativo a omissão de saídas de mercadorias tributadas efetuadas sem a emissão de documentos fiscais e, conseqüentemente, sem a respectiva escrituração, apurada mediante levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias em exercício aberto (2003), no valor de R\$134,96.

5. Deixou de recolher ICMS retido, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativos às operações internas subsequentes, nas vendas realizadas para contribuintes localizados neste Estado, no valor de R\$439,20.

O autuado impugnou o lançamento fiscal em sua peça defensiva de fl. 72 com os seguintes argumentos:

“1. Os valores cobrados de ICMS dos períodos 01/2000, 03/2000 a 09/2000, e 11/2000 - 01/2001, 02/2001, 04/2001, 09/2001 e 12/2001, encontram-se nos processos n<sup>os</sup> 4588029, 23499001 e 23500808 e 6000001666021.

2. As alíquotas demonstradas nos períodos de 01/2000, 03/2000, 09/2000 e 11/2000 - 01/2001, 02/2001, 04/2001, 09/2001 e 12/2001, estão na razão de 17% onde deveria ser 7%.

3. Os valores de recolhimento referente ao ano de 2002, foram recolhidos no período em que a empresa estava sob fiscalização ( VALOR PRINCIPAL), ficando então a cobrança apenas da multa.”

Na informação fiscal, fls. 103 e 104, o autuante assim se manifestou:

Em relação a Infração 01 - Que após analisar os processos citados pelo contribuinte, constatou que os meses de 01/2000, 03/2000 a 07/2000, 01/2001, 04/2001 e 09/2001 a 12/2001, de fato forma objeto de pedido de parcelamento. Além, de reconhecer que os valores referentes aos meses de 01/2002, 02/2002 e 06/2002 a 12/2002, já foram pagos durante o ano de 2003, ficando então o valor da multa a ser cobrado.

Relativamente as infrações 2, 3 e 4, o autuante ratificou os valores reclamados.

Quanto à Infração 05 – Diz que o fato de constar a indicação no Auto de Infração à alíquota de 17% e não 7%, conforme alega o autuado, não teve repercussão no montante cobrado do ICMS, já que apenas se menciona a alíquota, contudo o valor cobrado do ICMS foi o efetivamente devido, pois são os constante do LRAICMS.

O autuado foi chamado a se manifestar, às folhas 108 e 109, porém silenciou-se.

## VOTO

Após a análise das peças que compõem o PAF, constatei que o autuado ao impugnar o lançamento tributário não contestou às Infrações 2, 3 e 4. Interpreto este silêncio como um reconhecimento tácito, motivo pelo qual mantenho as referidas exigências.

Em relação à Infração 01, o contribuinte impugnou parcialmente, alegando que em alguns meses já tinham sido objeto de Denúncia Espontânea e outros, durante a ação, foram recolhidos sem o valor correspondente a multa que reconhece ser devida.

Na Informação Fiscal o autuante acatou os argumentos defensivos, mantendo parcialmente a infração em relação aos fatos geradores de 31/08/2000; 30/09/2000; 30/11/2000, 28/02/2001, 31/03/2003 e 31/05/2003, além da multa sobre os valores recolhidos após o início da ação fiscal referentes aos meses de: 01/2002, 02/2002 e 06/2002 a 12/2002. Na oportunidade elaborou novo demonstrativo de débito, tendo a Inspetoria intimado o autuado para tomar ciência do mesmo e estabelecendo o prazo de 10 (dez) dias para se manifestar, às folhas 108 e 109, porém o contribuinte silenciou-se.

Com base na explanação acima, considero parcialmente correto o lançamento fiscal relativo a infração 1, para exigir ICMS no valor R\$ 4.823,44, conforme abaixo:

DATA DA OCORR	IMPOSTO – R\$
31/08/2000	750,49
30/09/2000	614,96
30/11/2000	391,02
28/02/2001	224,00
31/01/2002	87,55
28/02/2002	102,00
30/06/2002	411,57
31/07/2002	263,16
31/08/2002	362,10
30/09/2002	288,66
31/10/2002	331,50
30/11/2002	178,93
31/12/2002	467,50
31/03/2003	210,00
31/05/2003	140,00
Total	4.823,44

Infração 05 - O autuado acostou alguns DAE's para comprovar que parte do imposto já havia sido recolhido, porém, a documentação não é capaz de elidir a ação fiscal, uma vez que os pagamentos ocorreram após iniciada a Auditoria. Assim, entendo que a referida infração deve ser mantida no valor originalmente reclamado. Entretanto, deverá ser homologado o valor efetivamente recolhido.

Ante o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração para exigir ICMS no valor de R\$5.981,59.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206987.0058/03-5**, lavrado contra **UTINGA IND. E COM. DE CAFÉ LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$5.981,59**, sendo R\$1.782,64, atualizado monetariamente, acrescido das multas de 50% sobre R\$1.756,47 e de 150% sobre R\$26,17, previstas no art. 42, I, “a”, V, “a”, respectivamente, da Lei nº 7014/96, e dos acréscimos moratórios correspondentes e R\$4.198,95, acrescido das multas de 50% sobre R\$3.066,97, 70% sobre R\$718,95 e 150% sobre R\$413,03, previstas no art. 42, I, “a”, III, V, “a”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais, homologando-se os valores efetivamente recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 04 de dezembro de 2003.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO – PRESIDENTE

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – RELATOR

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – JULGADOR